

CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DE SERGIPE - CAU/SE

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SERGIPE - CAU/SE

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

### Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe - CAU/SE  
Aracaju - AC

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe - CAU/SE ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe - CAU/SE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 28 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF



Fabiano de Oliveira Barbosa  
Contador CRC DF 015827/O-3

## Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>862,128</b>	<b>664,009</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>77,559</b>	<b>30,852</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	605,696	531,961	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	27,671	3,197
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	251,158	102,468	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	94	94
CLIENTES	203,603	164,354	PROVISÕES A CURTO PRAZO	44,899	24,910
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	326,657	223,057	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4,894	2,652
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(279,102)	(284,943)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	5,274	29,580			
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>68,641</b>	<b>54,299</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
IMOBILIZADO	68,641	54,299			
BENS MOVEIS	117,988	93,588			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(49,348)	(39,290)			
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>77,559</b>	<b>30,852</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	853,210	687,455
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>853,210</b>	<b>687,455</b>
<b>TOTAL</b>	<b>930,769</b>	<b>718,308</b>	<b>TOTAL</b>	<b>930,769</b>	<b>718,308</b>
ATIVO FINANCEIRO	605,696	531,961	PASSIVO FINANCEIRO	77,559	32,732
ATIVO PERMANENTE	325,073	186,347	PASSIVO PERMANENTE	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>853,210</b>	<b>685,575</b>
<b>Compensações</b>					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	15,377	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15,377</b>	<b>-</b>
<b>Quadro do Superávit/Déficit Financeiro</b>					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	528,137		499,228		

## Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1,206,639	1,114,129	Despesa Orçamentária	1,157,491	949,845
RECEITA REALIZADA	1,206,639	1,114,129	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-	1,880
RECEITA CORRENTE	1,206,639	1,114,129	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	27,671	3,197
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	339,892	317,701	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1,129,819	944,768
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	339,892	317,701	DESPESA CORRENTE	1,105,419	940,908
ANUIDADES	339,892	317,701	PESSOAL	550,752	395,390
RECEITA DE SERVIÇOS	517,996	436,806	MATERIAL DE CONSUMO	1,961	4,739
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2,388	2,552	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	101,306	97,206
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	966	-	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	341,836	332,379
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	513,808	434,110	ENCARGOS DIVERSOS	21,816	18,520
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	833	144	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87,748	92,674
FINANCEIRAS	37,915	50,610	DESPESA DE CAPITAL	24,400	3,860
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8,136	9,173	INVESTIMENTOS	24,400	3,860
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29,780	41,437		-	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	14,239	11,872		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15,540	29,565		-	-
TRANSFERENCIAS CORRENTES	301,599	308,031		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9,237	981		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	1,816	981		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7,421	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	141,242	1,016,731	Pagamentos Extraorçamentários	116,655	1,016,699
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	1,880	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	580	370
Inscrição de Restos a Pagar Processados	27,671	3,197	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3,197	19,835
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81,794	914,323	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79,552	135,399
Outros Recebimentos Extraorçamentários	31,776	97,331	Outros Pagamentos Extraorçamentários	33,326	861,095
Saldo em espécie do Exercício Anterior	531,961	367,644	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	605,696	531,961
Caixa e Equivalente de Caixa	531,961	367,644	Caixa e Equivalente de Caixa	605,696	531,961
Depósitos. Rest. Virs Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Virs Vinculados	-	-
Total:	1,879,841	2,498,504		1,879,841	2,498,504

## Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE	1,183,524	1,241,923	1,183,524	1,241,923	1,206,639	(35,284)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	378,199	390,707	378,199	390,707	339,892	(50,815)	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	378,199	390,707	378,199	390,707	339,892	(50,815)	
ANUIDADES	378,199	390,707	378,199	390,707	339,892	(50,815)	
RECEITA DE SERVIÇOS	444,479	480,521	444,479	480,521	517,996	37,475	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5,000	5,000	5,000	5,000	2,388	(2,612)	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	-	-	-	-	966	966	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	439,479	475,521	439,479	475,521	513,808	38,287	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	-	-	-	833	833	
FINANCEIRAS	52,707	59,361	52,707	59,361	37,915	(21,446)	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	-	3,327	-	3,327	8,136	4,809	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	52,707	56,034	52,707	56,034	29,780	(26,254)	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	27,707	31,034	27,707	31,034	14,239	(16,795)	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	25,000	25,000	25,000	25,000	15,540	(9,460)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	308,139	303,214	308,139	303,214	301,599	(1,615)	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	8,120	-	8,120	9,237	1,117	
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	1,816	1,816	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	8,120	-	8,120	7,421	(699)	
RECEITA DE CAPITAL	50,000	50,000	50,000	50,000	-	(50,000)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50,000	50,000	50,000	50,000	-	(50,000)	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	50,000	50,000	50,000	50,000	-	(50,000)	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1,233,524	1,291,923	1,233,524	1,291,923	1,206,639	(85,284)	
DEFICIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1,233,524	1,291,923	1,233,524	1,291,923	1,206,639	(85,284)	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1,183,524	1,241,923	1,133,091	1,133,091	1,105,419	108,832	
PESSOAL	555,477	579,858	561,724	561,724	550,752	18,134	
PESSOAL E ENCARGOS	544,477	564,458	546,324	546,324	535,352	18,134	
DIÁRIAS	11,000	15,400	15,400	15,400	15,400	-	
MATERIAL DE CONSUMO	8,300	3,207	1,961	1,961	1,961	1,246	
MATERIAL DE CONSUMO	8,300	3,207	1,961	1,961	1,961	1,246	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	97,630	117,849	101,306	101,306	101,306	16,543	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	31,200	20,115	10,145	10,145	10,145	9,970	
DIÁRIAS	66,430	97,734	91,161	91,161	91,161	6,573	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	382,053	404,071	358,536	358,536	341,836	45,535	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	109,362	103,601	88,866	88,866	84,366	14,735	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	6,800	6,065	4,684	4,684	4,684	1,381	
SERVIÇOS PRESTADOS	221,391	223,530	194,573	194,573	182,373	28,957	
PASSAGENS	44,500	70,874	70,413	70,413	70,413	462	
ENCARGOS DIVERSOS	26,800	28,600	21,816	21,816	21,816	6,784	
ENCARGOS DIVERSOS	26,800	28,600	21,816	21,816	21,816	6,784	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	113,264	108,338	87,748	87,748	87,748	20,590	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	27,661	27,661	27,661	27,661	27,661	-	
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	85,603	80,677	60,087	60,087	60,087	20,590	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	50,000	50,000	24,400	24,400	24,400	25,600	
INVESTIMENTOS	50,000	50,000	24,400	24,400	24,400	25,600	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	50,000	50,000	24,400	24,400	24,400	25,600	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1,233,524	1,291,923	1,157,491	1,157,491	1,129,819	134,432	
SUPERÁVIT	-	-	49,148	-	-	(49,148)	
TOTAL	1,233,524	1,291,923	1,206,639	1,157,491	1,129,819	85,284	



## Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1,350,395	1,244,132	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1,177,939	1,045,694
CONTRIBUIÇÕES	502,144	445,663	PESSOAL E ENCARGOS	566,313	381,497
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	502,144	445,663	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	534,401	376,864
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	502,144	445,663	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	534,401	376,864
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	518,655	436,806	BENEFÍCIOS A PESSOAL	31,912	4,633
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	518,655	436,806	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	31,912	4,633
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	518,655	436,806	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	509,656	477,960
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	37,915	50,610	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1,961	4,739
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8,136	9,173	CONSUMO DE MATERIAL	1,961	4,739
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	8,136	9,173	SERVIÇOS	497,638	463,672
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	29,780	41,437	DIARIAS	106,561	89,359
MULTAS SOBRE ANUIDADES	29,780	41,437	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	80,558	71,975
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	282,461	310,072	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	310,519	302,338
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	282,461	310,072	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	10,058	9,549
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	282,461	310,072	DEPRECIACAO	10,058	9,549
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9,220	981	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	87,748	92,674
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9,220	981	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	87,748	92,674
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1,816	981	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	87,748	92,674
INDENIZACÕES	7,405	-	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	14,221	93,563
	-	-	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	14,221	93,563
	-	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	14,221	93,563
Total das Variações Ativas :	1,350,395	1,244,132	Total das Variações Passivas :	1,177,939	1,045,694
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	172,456	198,438
Total	1,350,395	1,244,132	Total	1,350,395	1,244,132

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
RECEITA CORRENTE	1,206,639	1,114,129
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	339,892	317,701
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	339,892	317,701
ANUIDADES	339,892	317,701
RECEITA DE SERVIÇOS	517,996	436,806
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2,388	2,552
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	966	-
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	513,808	434,110
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	833	144
FINANCEIRAS	37,915	50,610
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	8,136	9,173
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	29,780	41,437
MULTAS SOBRE ANUIDADES	14,239	11,872
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15,540	29,565
TRANSFERENCIAS CORRENTES	301,599	308,031
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9,237	981
MULTAS DE INFRAÇÕES	1,816	981
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7,421	-
OUTROS INGRESSOS	113,570	1,011,654
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	1,105,419	940,908
PESSOAL	550,752	395,390
MATERIAL DE CONSUMO	1,961	4,739
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	101,306	97,206
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	341,836	332,379
ENCARGOS DIVERSOS	21,816	18,520
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87,748	92,674
OUTROS DESEMBOLSOS	116,655	1,016,699
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>98,135</b>	<b>168,177</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
INVESTIMENTOS	24,400	3,860
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(24,400)</b>	<b>(3,860)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>73,735</b>	<b>164,317</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>531,961</b>	<b>367,644</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>605,696</b>	<b>531,961</b>

## 1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe - CAU/SE, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/SE é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/SE. A entidade goza de isenção tributária, conforme artigo 150, inciso VI, parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988.

O Conselho está localizado na Rua DR. José Calumby, nº 155 - sala 1 e 2 Centro Empresarial Fernanda Machado, Bairro Suíssa, CEP: 49.050-020 - Aracaju - Se.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

### 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

#### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

##### 3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Implantação de política contábil em 2018 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SE procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/SE, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.
- d) Reflexo patrimonial comparativo

	2018	2017
Créditos de Anuidades	519.904	445.662
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(279.102)	(284.943)

O valor de R\$20.061 do ajuste contábil na conta de débito foi registrado como variação patrimonial aumentativa do balanço e o valor de R\$14.221 do ajuste contábil da conta crédito foi registrado como variação patrimonial diminutiva não afetando o resultado patrimonial da empresa.

### 3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/SE segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### 3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### 3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SE procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/SE adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

### 3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### 3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### 3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

#### Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2018 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

#### RESULTADO PATRIMONIAL 2018

Superávit Patrimonial demonstrado	
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	R\$ 172.545
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2018	
Superávit Patrimonial	172.545

### 3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação as contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	605.696	531.961
Total	605.696	531.961

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

6. Créditos (Anuidades)

	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	203.677	164.354
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	326.673	223.057
( - ) Provisão para devedores duvidosos	(279.102)	(284.943)
Total	251.248	102.468

Abaixo o aging list dos créditos a receber em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a 2017:

	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos		
Até 30 dias	-	-
De 31 até 60 dias	-	-
De 61 até 90 dias	-	-
De 91 até 180 dias	530.350	387.411
(-) Provisão para devedores duvidosos	(279.102)	(284.943)
Total	<u>251.248</u>	<u>102.468</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais créditos e calores a curto prazo

	2018	2017
Tributos a recuperar/compensar	2722	2.297
Entidades públicas devedoras	42	25.857
Devedores da entidade	2510	1.426
Total	<u>5.274</u>	<u>29.580</u>

8. Imobilizado

Líquido	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
Móveis e Utensílios	39.494	(18.859)	20.635	20.635
Máquinas e Equipamentos	57.793	(17.003)	40.790	20.161
Instalações	1.585	(1.037)	548	1.036
Utensílios de Copa e Cozinha	1.020	(572)	448	572
Equipamentos de Proc. de Dados	16.036	(10.076)	5.960	10.075
Sistemas de Proc. de Dados	2.060	(1.801)	260	1.820
Total Bens Móveis	117.988	(49.348)	68.641	54.299

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Bem	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Móveis e Utensílios	39.494	-	-	(18.859)	20.635
Máquinas e Equipamentos	33.393	24.400	-	(17.003)	40.790
Instalações	1.585	-	-	(1.037)	548
Utensílios de Copa e Cozinha	1.020	-	-	(572)	448
Equipamentos de Proc. de Dados	16.036	-	-	(10.076)	5.960
Sistemas de Proc. de Dados	2.060	-	-	(1.801)	260
Total Bens Móveis	93.588	24.400	-	(49.348)	68.641

9. Fornecedores a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de Serviços	27.671	3.197
	<u>27.671</u>	<u>3.197</u>

Abaixo o aginglist dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	27.671	3.197
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	<u>27.671</u>	<u>3.197</u>

10. Demais obrigações e provisões a curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	94	94
Obrigações de Repartição a Outros Entes	94	94
Férias	34.538	19.015
INSS	7.253	4.183
FGTS	2.763	1.521
PIS/PASEP	345	190
Provisões a Curto Prazo	44.899	24.910
INSS	461	425
IRRF	3.950	1.629
ISS	250	446
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	206	125
Contribuição Sindical	17	17
Edwards de Oliveira Santos Silva	10	10
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.894	2.652
Total	<u>49.887</u>	<u>27.656</u>

11. Provisão para riscos processuais

A Entidade não possui provisão para riscos processuais, visto que, não é parte envolvida em ações processuais trabalhistas e cíveis.

12. patrimônio Líquido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit/(Déficit do exercício)	687.455	679.671
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(6.701)	(90.654)
Resultados Acumulados	172.456	198.438
Total	<u>853.210</u>	<u>687.455</u>

13. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/SE, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

#### 14. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Despesa com Pessoal	566.313	381.497
Despesa com Uso de Material de Consumo e Serviço	499.599	468.411
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.058	9.549
Transferências Intergovernamentais	87.748	92.674
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	14.221	93.563
<b>Total</b>	<b>1.177.939</b>	<b>1.045.694</b>

#### 15. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.350.395	1.244.132
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.177.939)	(1.045.694)
(=) Superávit Patrimonial apurado	172.456	198.438
<u>Resultado Orçamentário</u>	2018	2017
Receita Arrecadada	1.206.712	1.114.129
(-) Despesas Empenhadas	(1.157.491)	(949.845)
(=) Superávit/déficit Orçamentário apurado	49.221	164.285
<u>Resultado Financeiro</u>	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	605.696	531.961
(-) Passivo Financeiro	-	(5.942)
(=) Superávit Financeiro Apurado	605.696	526.018

16. Seguros (Não auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018 é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Imóvel	Incêndios, explosão e fumaça, danos elétricos, subtração de bens, equipamentos eletrônicos, quebra de vidros.	200 mil

17. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos Subsequentes

Não houve eventos significativos, que pudessem alterar as demonstrações contábeis findas em 31/12/2018.